



PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTÁGIO GABARITO E ESPLHO DE PROVA

EDITAL 01/2023 – SETE LAGOAS – GRADUAÇÃO EM DIREITO

A COORDENAÇÃO LOCAL DA DEFENSORIA PÚBLICA com fundamento nas disposições previstas nos artigos 2º e 7º da Deliberação nº 006/2011, do Conselho Superior, e em conformidade com o disposto na Resolução nº 206/2019, do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) DE ESTAGIÁRIOS, referente ao programa de Estágio não Obrigatório Direto, conforme item 7.1 do edital 01/2023 de Sete Lagoas, publica o resultado das questões objetivas e a resposta de prova da questão discursiva a seguir descritos:

GABARITO - QUESTÕES OBJETIVAS

1.	B	11.	B
2.	D	12.	B
3.	C	13.	B
4.	D	14.	D
5.	A	15.	D
6.	C	16.	D
7.	A	17.	A
8.	B	18.	B
9.	ANULADA	19.	D
10.	B	20.	B

ESPELHO DE PROVA – QUESTÕES DISCURSIVA

QUESTÃO 01 (DISCURSIVA)

Em razão da pena final concretizada, houve prescrição retroativa entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença, pois deve ser aplicada a causa de redução da prescrição (art. 115 do CP).

QUESTÃO 02 (DISCURSIVA)

A) A pena mínima abstrata deve ser inferior a 04 anos; o crime deve ter sido cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa; não cabimento da transação penal; inexistência de risco de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva; o delito não ser



hediondo ou equiparado; não ser o caso de incidência da Lei nº 11.340/2006; não ter sido o agente beneficiado nos 05 anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo; o investigado ser primário.

B) Sim. A Lei nº 13.964/2019, no ponto em que institui o ANPP, é considerada lei penal de natureza híbrida, admitindo conformação entre a retroatividade penal benéfica e o *tempus regit actum*. Dessa forma, a retroatividade penal benéfica incide para permitir que o ANPP seja viabilizado a fatos anteriores à Lei nº 13.964/2019.

C) Apesar de haver discordância entre os tribunais superiores e ordinários, a aplicação do ANPP pode ocorrer em processos em curso e até o trânsito em julgado da condenação.

QUESTÃO 03 (DISCURSIVA)

A medida adequada para preservar os direitos de Arthur é o ajuizamento de ação de investigação de paternidade cumulada com pedido de alimentos. Com esse ajuizamento, haverá o pedido de regularização de registro civil com a inclusão dos dados paterno, bem como de fixação de alimentos para o custeio das despesas do filho.

Não há prescrição quando o assunto é o conhecimento da raiz genética de uma pessoa, por se tratar de direito pessoal fundado na dignidade da pessoa humana.

A ação deve ser proposta junto ao Juízo de Família, que é competente para conhecer a demanda e julgá-la.

QUESTÃO 04 (DISCURSIVA)

O recurso próprio para atacar a sentença proferida é o de apelação. O prazo para interposição de apelação é de 15 (quinze) dias. Como o recurso será ajuizado pela Defensoria Pública, o prazo é contado e, dobro, sendo 30 (trinta) dias, portanto.

Sete Lagoas, 22 de março de 2023.

Frederico Newman Figueiredo Araújo

Defensor Público– Madep 0174

Coordenador Local

